

A ESQUERDA GOIANA NOS ANOS 60/70: DO NACIONALISMO ESTATISTA À LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR¹

GOIANA LEFT IN THE YEARS 60/70: OF NATIONALISM STATIST THE FIGHT AGAINST MILITARY DICTATORSHIP

A LA IZQUIERDA GOIANA EN LOS AÑOS 60/70: NACIONALISMO ESTATISTA A LA LUCHA CONTRA LA DICTADURA MILITAR

David Maciel²

Resumo: Este trabalho aborda a trajetória política da esquerda goiana entre os anos de 1960 e 1972 a partir de depoimentos e relatos de militantes que lutaram contra a Ditadura Militar em Goiás. Com base neles busca-se identificar a composição social e o perfil político e ideológico da esquerda goiana, suas formas de organização e luta, os movimentos sociais nos quais se inseriu e suas relações com o Estado.

Palavras-chave: Esquerda goiana, nacionalismo, estatolatria, Governo Mauro Borges, Ditadura Militar.

Abstract: This work approaches the political trajectory of goiana left between the years 1960 and 1972, from militants testimonies and reports, who fought against the military dictatorship in Goiás. Based on them, we try to identify the social composition and the political and ideological profile of goiana left, their forms of organization and struggle, social movements in which they entered themselves and their relations with the State.

Keywords: Goiana left, nationalism, statolatry, Mauro Borges Government, Military Dictatorship.

Resumen: Este trabajo aborda la trayectoria política de la izquierda goiana entre los años 1960 y 1972 a partir de los testimonios e informes de militantes que luchaban contra la dictadura militar en Goiás. En base a ellos, se trata de identificar la composición social y el perfil político e ideológico de la izquierda goiana,

¹ Agradecemos aos professores Cláudio Maia e João Alberto da Costa Pinto as críticas e sugestões a este artigo. Ao professor Cláudio Maia agradecemos ainda o acesso às edições do Diário do Oeste.

² Universidade Federal de Goiás/Regional Goiânia (UFG, Goiânia), GO, Brasil, E-mail: macieldavid@ig.com.br

sus formas de organización y lucha, los movimientos sociales en los que entró y sus relaciones con Estado.

Palabras-clave: izquierda goiana, nacionalismo, estatolatría, Gobierno Mauro Borges, Dictadura Militar.

Introdução

Após anos de luta e pressão política por parte de movimentos sociais, partidos de esquerda, organizações de direitos humanos, militantes e familiares de mortos e desaparecidos, o Estado brasileiro passou a tomar iniciativas no sentido do esclarecimento e reconhecimento dos crimes cometidos pelos agentes de repressão entre os anos de 1961 e 1988, principalmente durante a Ditadura Militar, e também no sentido da reparação moral e econômica de suas vítimas. Desde o trabalho pioneiro da Arquidiocese de São Paulo com o Projeto *Brasil Nunca Mais*, ainda no final dos anos 70, desenvolve-se todo um esforço para esclarecer as circunstâncias de prisões, torturas e mortes ocorridas por obra dos agentes de repressão e o paradeiro de dezenas de desaparecidos políticos. O próprio Estado foi forçado a assumir o compromisso com tal empreitada criando a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Comissão Nacional da Verdade e publicando em 2007 o livro *Direito à memória e à verdade*, onde são relatadas dezenas de casos de mortos e desaparecidos políticos. Apesar disto, a vigência da Lei de Anistia, de 1979, ainda impede a punição dos agentes de repressão que cometeram crimes de sequestro, tortura, assassinato, ocultação de cadáveres e etc., também dificultando a apuração completa dos casos ainda não esclarecidos.

Em Goiás, o esforço pelo desvendamento do que ocorreu nos porões do aparelho repressivo possibilitou o resgate da trajetória de luta e enfrentamento contra a ditadura de diversos militantes, organizados em duas obras: *A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história* (SALLES, 2008), coordenado por Pinheiro Salles e publicado em 2008 sob os auspícios da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e *Memórias Transcritas: depoimentos* (ALVES; CÔRTEZ, 2013), organizado por Célia Maria Alves e Vera Côrtes e publicado em 2013 pela Associação dos Anistiados do Estado de Goiás e pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. Nestas duas obras reúnem-se depoimentos e relatos biográficos de quarenta e nove pessoas (49) que de diversas maneiras lutaram contra a Ditadura Militar e/ou foram vítimas de sua repressão política. Incorporamos ainda à nossa pesquisa as trajetórias de militância contidas no trabalho de Camila de Jesus Silva, intitulado *As mulheres que lutaram contra a ditadura militar em Goiás: o caso da Ação Popular* (SILVA, 2011), produzido em 2011

no âmbito do curso de bacharelado da Faculdade de História da UFG e que aborda a experiência de luta de cinco militantes, e trabalhos de três depoentes dos livros anteriores: Horieste Gomes (2009), Laurenice Noleto Alves (2013) e Marcantônio Delacorte (2011). Os dois primeiros são extensos relatos autobiográficos e o último é um artigo onde o episódio do assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis é exposto por um de seus participantes. Consideramos que este conjunto de depoimentos/relatos oferece-nos documentação significativa para o estudo, mesmo que aproximado, da esquerda goiana entre os anos de 1960 e 1972.

Isto porque, do ponto de vista político podemos situar no campo da esquerda ou da oposição anti-autocrática³ a quase totalidade dos militantes retratados por atuarem em partidos ou organizações de esquerda e/ou em movimentos sociais identificados com posições de esquerda. Destes cinquenta e quatro casos, excluiremos dois militantes que foram mortos em Goiás, mas aqui não militaram; o caso da mãe de um desaparecido político que se notabilizou por cobrar das autoridades notícias sobre o paradeiro de seu filho, mas sobre quem não há informação sobre o envolvimento com algum movimento ou organização política e os casos de quatro militantes que não atuaram em Goiás no período que estamos considerando, sendo que um deles só iniciou sua militância no final dos anos 70; o que reduz o universo de militantes estudados a quarenta e sete (47).

É fato que este conjunto de depoimentos e relatos biográficos, coletado em anos recentes, não abarca a totalidade dos militantes da esquerda goiana no período considerado, seja porque muitos deles já faleceram - por exemplo, só temos os relatos de seis militantes já falecidos (cinco deles mortos ou desaparecidos diretamente pela repressão ou em consequência dela); seja porque muitos deles não se pronunciaram ou deles não se tem informação segura por razões diversas. Uma lacuna importante é relativa ao movimento dos trabalhadores manuais urbanos, pois além de não trazer o depoimento de nenhum militante ligado a este movimento, nos depoimentos/relatos quase não há referência a ele, com exceção do movimento dos trabalhadores da construção civil. É preciso considerar também o caráter bastante desigual dos depoimentos e relatos com os quais trabalharemos, dificultando a coleta integral de informações para todas as questões que levantamos. O livro coordenado por Salles (2008) contém relatos biográficos curtos, simples e diretos, a maioria deles escritos pelos próprios militantes, apesar de também conter relatos escritos por terceiros no caso dos militantes já falecidos. O livro organizado por Alves e Côrtes (2013) é todo composto

³ Chamamos de anti-autocrática a oposição que luta não apenas contra o cesarismo militar, ou seja, a situação em que os militares assumiram a direção do bloco no poder e ocuparam os cargos fundamentais no aparelho de Estado, mas também o próprio caráter autocrático-burguês do Estado brasileiro, conforme formulação de Fernandes (1987). Esta oposição esteve fundamentalmente ligada às classes trabalhadoras e aos seus movimentos sociais.

por depoimentos prestados pelos próprios militantes com base num eixo expositivo prévio, porém muitos depoimentos carecem de maior objetividade e/ou fogem do tema em diversos momentos, deixando em aberto diversas questões que nos interessam. As informações apresentadas no trabalho de Silva (2011) apresentam-se de modo mais objetivo e coerente pelo próprio fato de terem sido coletadas a partir de um conjunto estrito de questões. Os dois trabalhos autobiográficos, Gomes (2009) e Alves (2013), contêm informações mais precisas e referem-se não apenas à militância dos autores, mas ao universo mais amplo da esquerda goiana e das lutas políticas e sociais no período que nos interessa, enquanto o artigo de Delacorte (2011) apresenta uma exposição detalhada de um episódio decisivo na conjuntura de deposição de mauro Borges.

No entanto, apesar destes problemas e lacunas, que indicam a necessidade de novas pesquisas e do estudo de outras fontes, podemos considerar que este conjunto de depoimentos/relatos configura um corpus documental importante e representativo para uma abordagem inicial da esquerda goiana entre os anos de 1960 e 1972. Para termos uma ideia, em comparação com o que se estima ser o total de indiciados juridicamente ou punidos por atuação política pela Ditadura Militar em Goiás, este conjunto de quarenta e sete depoimentos/relatos possui substantiva representatividade em relação aos militantes, organizações e movimentos de esquerda que atuaram em Goiás no período que estamos considerando, contribuindo para uma abordagem historiográfica do tema. Isto porque, segundo informação obtida junto à direção da Associação dos Anistiados do Estado de Goiás (ANIGO), estima-se em aproximadamente quinhentos (500) o número de punidos ou indiciados por crimes políticos pelo Estado brasileiro no estado de Goiás (DELACORTE, 2014), incluindo-se aí não só os militantes de esquerda, mas os vitimados pela ditadura das mais variadas posições políticas, desde os membros da oposição autocrática (burguesa) até mesmo os apoiadores do golpe que ao longo do tempo “caíram em desgraça”, como diversos políticos do PSD e UDN. Além disso, por mais pessoais que sejam os depoimentos e relatos eles expressam uma perspectiva de conjunto importante, apresentando aspectos significativos do cenário político e social, das condições gerais de luta e mobilização e das formas de consciência social vigorante no período entre os militantes de esquerda.

Finalmente, antes de prosseguir, advertimos o leitor que limitaremos nosso recorte temporal ao período entre 1960 e 1972 por algumas razões. Em primeiro lugar, em função do próprio corpus documental com que trabalhamos, pois a quase totalidade dos depoimentos aborda do início dos anos 60, quando começou a formação política e/ou a militância dos depoentes e se estende até a primeira metade dos anos 70, quando esta foi interrompida e/ou passou a adquirir novos contornos após a prisão ou o

exílio. Em segundo lugar, há que se considerar a importância da candidatura (1960) e do governo Mauro Borges (1961-1964) na definição da dinâmica política em Goiás e nos próprios rumos da esquerda goiana. Em terceiro lugar, por que em Goiás a luta contra a Ditadura começa antes mesmo de sua instalação, ou seja, ainda quando as forças golpistas tentaram impedir a posse de João Goulart por ocasião da renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. O apoio do governador do estado à Cadeia da Legalidade e à posse de Goulart contribuiu para potencializar a mobilização social e política em Goiás, fortalecendo um movimento fortemente democrático e anti-golpista, que se acirrou após o golpe de 1964. Finalmente, por que a partir de 1972, quando ocorre a “segunda queda” do PCB em Goiás, há um processo de desarticulação da esquerda goiana, que só será superado anos depois, fechando o processo político e organizativo iniciado ainda nos anos 50. Além de diversos militantes permanecerem presos por vários anos, alguns deles abandonam a militância de esquerda, outros passam a viver no exílio, só voltando ao país depois da anistia (1979), e os que retomam a militância já o fazem em condições diferentes.

Como se sabe a partir de 1974 o processo de luta contra a ditadura assume novos contornos, seja por que a institucionalidade autoritária já estava consolidada, com o cesarismo militar, pontificando em seu interior e evidenciando a vitória política da Ditadura, seja porque a esquerda armada já se encontrava quase que totalmente derrotada e desmantelada e ainda por que o projeto de “Distensão”, encaminhado pelo governo Geisel, atrai a oposição anti-autocrática progressivamente para a luta no interior da própria institucionalidade política, exigindo o desenvolvimento de novos instrumentos e estratégias de enfrentamento (MACIEL, 2004).

Perfil dos militantes, organizações e formas de luta

A análise dos depoimentos e relatos nos permite compor um quadro geral aproximado da esquerda goiana no período aqui tratado, em termos sociais, políticos e ideológicos. Este quadro compõe-se das seguintes características gerais:

a) Em primeiro lugar, ressalta a origem ou a condição social de classe média da maioria dos militantes. Dos trinta militantes que indicam sua origem ou condição social, mais da metade (57%) pertencem a categorias sociais de classe média (pequenos proprietários urbanos, profissionais liberais, funcionários públicos, bancários); um terço (33%) ao campesinato (pequenos proprietários rurais ou trabalhadores rurais) e uma pequena parcela (10%) aos trabalhadores urbanos de baixa renda (comerciário, operário, etc.).

b) Em relação ao período de engajamento na luta social, trinta e três militantes declaram ter iniciado sua atuação política antes do golpe de 1964,

alguns ainda nos anos 50, enquanto treze iniciaram sua militância já sob a Ditadura Militar. Esta é uma informação importante, porque indica a vitalidade das lutas sociais desenvolvidas em Goiás no período anterior ao golpe e a relação de continuidade entre o pessoal mobilizado, os métodos de mobilização e organização e as próprias concepções político-ideológicas.

c) Em termos de vinculação aos movimentos sociais, dos trinta e quatro militantes que indicam participação em algum movimento social a enorme maioria começou sua militância ou atuou preferencialmente no movimento estudantil secundarista ou universitário, compondo 72% do total. Os que indicam participação no movimento dos trabalhadores rurais compõem 14%, e 14% são aqueles que participaram do movimento sindical urbano (sindicato dos professores, sindicato dos bancários e sindicato dos jornalistas), sendo que dois deles começaram sua militância no movimento estudantil.

d) Em relação à participação em organizações políticas, quarenta e um militantes indicam participação em alguma organização política de esquerda, sendo que a maioria passou por pelo menos duas organizações ao longo deste período e alguns passaram por várias organizações. Em algum momento de sua trajetória política vinte e quatro militantes atuaram no Partido Comunista Brasileiro (PCB); dez no Partido Comunista do Brasil (PC do B), incluindo-se os que atuaram na Ala Vermelha; sete na Ação Popular (AP), incluindo-se aí a Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT); quatro na Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), incluindo-se a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares) que dela derivaram; dois que declaram ter atuado nas Ligas Camponesas; dois no Grupo dos 11, incluindo-se aí um que declara ter atuado no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

e) Antes do golpe de 1964 a maioria dos militantes desenvolveu trabalho político de propaganda, organização e mobilização nos marcos da institucionalidade, apesar da maior parte deles atuar em partidos clandestinos. Desde a atuação no interior do governo do estado, na imprensa ou na organização de movimentos reconhecidos política ou legalmente pelo Estado, como o sindical e o estudantil, predominava uma perspectiva de aplicação da plataforma política da esquerda pela via institucional, apesar das tentativas de organização da luta armada desenvolvidas por algumas organizações, como veremos. Após o golpe as organizações que defendiam a luta armada intensificam suas atividades e as condições para a luta política legal pioraram drasticamente. No entanto, de acordo com os relatos a maioria dos militantes continuou atuando nestes marcos, ou seja, levando a luta contra a Ditadura Militar “por dentro” da legalidade, como no MDB, pelo qual um dos depoentes chegou a ser eleito vereador em Goiânia, no movimento

sindical e no movimento estudantil, que só será definitivamente desarticulado em 1968. Outra iniciativa, que não foi realizada em Goiás, mas para a qual militantes goianos foram mobilizados, foi o trabalho de proletarização (SILVA, 211, p. 41).

Por isto, nos dois períodos apenas treze dos militantes declaram ter participado da luta armada, seja em experiências de treinamento militar, seja dando apoio logístico ou ainda atuando diretamente nas ações armadas. Sabe-se que em Goiás foram feitas tentativas de organizar dezenas de focos guerrilheiros, envolvendo militantes do país inteiro, mas de acordo com os depoimentos dos militantes da esquerda goiana foram criados campos de treinamento militar pelas Ligas Camponesas em Dianópolis (hoje Tocantins) e em Rondonópolis (MT) (ALVES; CÔRTEZ, 2008, pp. 61-62; 182-187; 446-453), enquanto a POLOP chegou a criar um núcleo guerrilheiro de breve duração na região de Rio Verde e Jataí (idem, pp. 80, 306). Além disso, somam-se ainda o assalto ao Tiro de Guerra em Anápolis (GO), promovido por estudantes para obter armas para a resistência à deposição de Mauro Borges (DELACORTE, 2011) e a Guerrilha do Araguaia, promovida pelo PC do B na confluência dos estados de Goiás (hoje Tocantins), Pará e Maranhão (ALVES; CÔRTEZ, 2008, pp. 392-398).

f) Com exceção de cinco militantes, todos os quarenta e sete que estamos considerando foram presos uma ou mais vezes, a maioria deles sofrendo abusos e torturas terríveis, além de longas penas de prisão. Destes, dez militantes declaram ter optado pelo exílio para escapar da repressão e da perseguição política e/ou profissional que se abateu sobre eles, sendo recebidos em países como Chile, Uruguai, Suécia, França, Angola, Moçambique e URSS.

g) Em termos ideológicos é possível perceber nos depoimentos duas orientações gerais: antes do golpe de 1964 predomina uma clara perspectiva nacionalista e reformista associada ao anti-imperialismo, à reforma agrária, à defesa da empresa pública e à conquista de direitos sociais para os trabalhadores; depois golpe de 1964 e da instalação da Ditadura Militar predomina uma perspectiva democrática, de denúncia das prisões, da perseguição política, das arbitrariedades cometidas pelo governo militar e do seu caráter anti-popular, associada à defesa da democracia. A perspectiva de superação revolucionária da ordem burguesa aparece associada às iniciativas de luta armada desenvolvidas no período, mas não poucos militantes fazem autocrítica da experiência concluindo pela inexistência de condições favoráveis à época. Alguns chegam a avaliar como voluntaristas e completamente equivocadas as iniciativas de luta armada realizadas ainda sob vigência da democracia, ou seja, antes do golpe, como a criação de campos de treinamento, alegando que não havia motivos para a ruptura da legalidade.

A partir deste quadro geral podemos constatar que em suas grandes linhas a esquerda goiana reproduz o padrão da esquerda brasileira no período, mesmo porque pertencia a organizações de caráter nacional e/ou atuava em movimentos locais que se articulavam a outros em nível nacional. Neste aspecto destacam-se a importância do movimento estudantil, a presença de algumas das principais organizações políticas de esquerda (PCB, PC do B, POLOP, AP, Ligas Camponesas), inclusive daquelas que promoveram a luta armada, a presença das grandes ideias-força da esquerda brasileira no período (o nacionalismo, o reformismo, a luta democrática e a revolução social), etc. No entanto, algumas características específicas conferem certa particularidade à esquerda goiana entre os anos de 1960 e 1972.

Em primeiro lugar destaca-se a supremacia do movimento estudantil na formação e atuação da grande maioria dos militantes durante todo o período, o que se revela como um dado peculiar quando comparado ao quadro nacional, haja vista que enquanto em Goiás os estudantes compõem quase três quartos do total de militantes da esquerda, no Brasil, segundo dados apresentados por Ridenti, este índice caía para algo em torno de um quarto (24,5% do total de processados pelo Estado por ligações como organizações de esquerda) (RIDENTI, 2010, p. 114). É notável que mesmo antes do golpe, quando a repressão política ainda não havia atingido a maioria das organizações de trabalhadores e os sindicatos urbanos constituíam-se como a força principal das lutas sociais em nível nacional, em Goiás o movimento estudantil já revelava seu protagonismo.

Mesmo considerando a presença preponderante do movimento estudantil na esquerda goiana e, portanto, a presença minoritária de militantes oriundos dos movimentos de trabalhadores, outra característica marcante é a presença significativa de militantes que atuavam no movimento de trabalhadores rurais e de luta pela terra, equiparando-se ao número de militantes que atuavam no movimento de trabalhadores urbanos. Mesmo entre estes últimos predomina a militância no sindicalismo de classe média (professores, jornalistas, bancários), não aparecendo militantes do movimento operário, por exemplo. É fato que havia diversos movimentos de trabalhadores manuais em Goiás, como o de trabalhadores da construção civil, notabilizado pelas inúmeras greves que realizou desde a fundação de Goiânia nos anos 30 (MENDES, 2013, p. 93). Mas é significativo o fato de que nenhum dos depoentes aqui analisados se declare militante deste tipo de movimento e apenas dois mencionem a importância política e social do movimento dos trabalhadores da construção civil e da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Goiás e Distrito Federal (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 312, 472); apesar de alguns deles declararem que promoviam “trabalho político” junto aos sindicatos de trabalhadores manuais ou mesmo de se “proletarizarem”, recurso muito comum entre as organizações de esquerda

que deslocavam militantes para trabalhar no ambiente fabril e assim atuar junto aos operários (SILVA, 2011).

Esta situação talvez possa ser ilusória, refletindo muito mais uma lacuna da documentação do que a realidade efetiva, e assim exigindo novas fontes e pesquisas mais aprofundadas. Como já indicamos, em Goiás havia a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Goiás e Distrito Federal, o que indica um nível de articulação significativo entre as entidades sindicais do movimento operário, no entanto também é significativo que o único movimento de trabalhadores manuais urbanos ao qual os depoentes façam referência à sua importância política seja o movimento dos trabalhadores da construção civil. Deste modo, podemos afirmar que, até onde nossa pesquisa pôde avançar, esta é uma particularidade da esquerda goiana no período considerado.

Uma última especificidade diz respeito à forte presença do PCB como organização política da maioria dos militantes durante todo o período, mesmo depois que este sofreu significativas defecções com os “rachas” promovidos pelas diversas organizações que optaram pela luta armada, mantendo-se como a maior organização de esquerda em Goiás até a “queda” de 1972. Dos trinta e oito militantes que atuaram em organizações políticas em Goiás após o golpe de 1964, nada menos que vinte e dois eram do PCB, sendo que destes cinco atuavam em organizações da esquerda armada antes de vincularem-se ao partido. Isto sugere a hegemonia da perspectiva política do PCB no interior da esquerda goiana, mesmo depois dos sucessivos “rachas” que sofreu e da derrota sofrida com o golpe de 1964. Aqui também é possível que a documentação apresente uma lacuna importante, deixando de lado um número expressivo de militantes de outras organizações, de tal maneira que a correlação real de forças entre as organizações de esquerda seja diferente da que estamos considerando. De todo modo é inegável a forte presença política do PCB, além do fato de que os depoimentos não mencionam a presença hegemônica de outra organização, sugerindo que a tese da hegemonia pecebista tem validade.

Algumas possibilidades interpretativas: as lutas sociais em Goiás e a esquerda goiana entre 1960 e 1972

Em nossa avaliação as características específicas apresentadas pela esquerda goiana no período tratado podem ser explicadas tanto pelo cenário socioeconômico do Estado, quanto pela dinâmica sócio-política desenvolvida em Goiás a partir dos anos 50. Apesar das lacunas apresentadas na documentação consideramos que com o que temos disponível é possível avançar uma interpretação sobre a história da esquerda goiana entre os anos de 1960 e 1972.

A estrutura socioeconômica e ocupacional

Em primeiro lugar, há que se destacar a estrutura socioeconômica do estado nos anos 50 e 60. A “marcha para o oeste”, desencadeada pelo governo brasileiro a partir dos anos 30 e que teve na criação de Goiânia seu ponto culminante como polo de expansão capitalista, desdobrou-se nos anos 50 com a construção de Brasília e um acelerado avanço da fronteira agrícola e também do crescimento urbano. De acordo com dados apresentados por Fávoro (2014, p. 132) a renda interna do estado de Goiás em 1960 era dividida da seguinte maneira: 49,5 % dos rendimentos oriundos da agricultura; 7,3% da indústria e 43,2 % dos serviços. No setor serviços destacam-se como principais fontes de renda o comércio (14,4%), os aluguéis (7,8%), os transportes (4,1%), o governo (3,8%) e as instituições financeiras (2,1%). Este quadro evidencia o pequeno peso do setor industrial na economia goiana, ao contrário da grande importância dos setores agrícola e de serviços e talvez explique a composição social e política da esquerda goiana: a maioria dos militantes de classe média e atuante no movimento estudantil, um número considerável de militantes do movimento dos trabalhadores rurais e, em especial, a pequena presença de militantes ligados ao movimento dos trabalhadores manuais urbanos.

Outro elemento importante é a posição ocupada pelas grandes cidades, particularmente por Goiânia, que progressivamente tornou-se a sede da esquerda goiana, o que se justifica por sua própria importância como principal cidade do estado e centro de atração populacional. Com exceção dos militantes do movimento de trabalhadores rurais, a enorme maioria dos militantes atuou em Goiânia. De acordo com dados apresentados por Mendes (2013, p. 108), enquanto a população do estado de Goiás passou de aproximadamente 1,21 milhão de habitantes em 1950 para 2,9 milhão em 1970, crescimento de 141%, a capital do estado passou de 53,3 mil para 380 mil habitantes no mesmo período, vivendo um crescimento populacional de aproximadamente 616%. Se em 1950, Goiânia representava 4% da população do estado, em 1970 já concentrava 13% da população goiana.

O avanço capitalista e a luta pela terra

Ao mesmo tempo em que o processo de industrialização ocorrido no Centro-Sul intensifica o papel da economia goiana como área voltada para a produção de alimentos e matérias primas, há um movimento duplo de expansão agrícola e ocupação de terras antes inexploradas: de um lado terras devolutas são ocupadas por trabalhadores, muitos deles fugindo da expansão capitalista em outros lugares do país, desenvolvendo uma economia de subsistência que lhes garantiria trabalho e sustento; de outro o próprio avanço da agricultura mercantil sob direção dos grandes proprietários de

terra ligados aos mercados regional e nacional. Paralelamente o avanço da agricultura mercantil promove a intensificação da exploração sobre os trabalhadores rurais, seja daqueles diretamente submetidos ao capital agrário por meio de relações assalariadas, seja aqueles obrigados a pagar pelo uso da terra. Esta situação estabelece uma contradição brutal entre grandes proprietários de terra e trabalhadores rurais, sejam eles assalariados, pequenos proprietários ou posseiros.

O conflito entre posseiros e grileiros adquire enorme centralidade nos conflitos agrários em Goiás por conta de sua radicalidade, pois para os primeiros da vitória dependia sua continuidade na terra. Assim Goiás torna-se um dos principais focos de conflitos agrários no país tendo na luta camponesa de Trombas e Formoso (1954-1958) sua experiência mais marcante e exemplar (MAIA, 2008). Mas não a única, pois também ocorreram outros conflitos de grande repercussão como a chamada “Luta do Arrendo”, de 1948-1950 nos municípios de Orizona e Pires do Rio, os conflitos entre posseiros e grileiros no município de Araguacema, em 1959 (CAMPOS, 2004), e mais tarde em Porangatu, Jussara e Diorama, em 1961 e 1962 (DIÁRIO DO OESTE, 18/8/1961; 15 e 16/4/1962; 17/5/1962).

A luta pela reforma agrária torna-se assim uma das principais bandeiras de luta da esquerda goiana, fazendo com que tais conflitos atraíam a atenção de várias organizações de esquerda, como o PCB, as Ligas Camponesas e mesmo a Igreja Católica através do Movimento de Educação de Base (MEB), que passam a desenvolver trabalho político junto aos camponeses e assim estreitando as relações entre o movimento de trabalhadores rurais e os movimentos sociais urbanos. Alguns militantes participaram de experiências de alfabetização pelo método Paulo Freire com apoio do próprio Estado, no caso a Fundação Brasil Central, e assim fazendo trabalho político junto aos trabalhadores rurais (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 103-104, 147). Em Jussara e Diorama militantes da União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES), de Goiânia, chegaram a se deslocar para a região em solidariedade ao movimento (DIÁRIO DO OESTE, 15/5/1962; 17/5/1962; 30/5/1962; 02/06/1962). Como já assinalamos, organizações como as Ligas Camponesas, a Polop e o PC do B criaram ou tentaram criar campos de treinamento e focos guerrilheiros em diversas regiões do estado, evidenciando a centralidade da questão agrária em sua plataforma política revolucionária.

O vínculo dos militantes urbanos com o movimento dos trabalhadores rurais foi constante, principalmente aquele mediado pelas organizações políticas, e se manifestou de diversas maneiras como a realização de trabalho de organização e formação política, o apoio na criação de estruturas de apoio nas cidades, o trabalho de divulgação e legitimação das lutas camponesas junto à imprensa e à sociedade civil e iniciativas de solidariedade, isto quando não houve o envolvimento direto dos militantes urbanos nestas

lutas, como evidenciam os relatos sobre a experiência de Trombas e Formoso, as reportagens do Diário do Oeste de 1962 sobre o apoio dos militantes da UGES aos camponeses nos conflitos de Porangatu, Jussara e Diorama e experiências de ocupação de terras, conforme relato de um dos depoentes (ALVES; CÔRTEZ, 2013, p. 456). Além destes exemplos destacam-se a reunião em Goiânia, dezembro de 1962, de militantes dos movimentos estudantil, de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos para indicar os representantes do estado na Assembleia Popular Constituinte, a se realizar dias depois no Rio de Janeiro (DIÁRIO DO OESTE, 6/12/1962) e a realização em Goiânia, no ano seguinte, do I Encontro de Camponeses, Operários e Estudantes, tendo o movimento estudantil grande importância em sua organização (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 165-166),

O papel do movimento estudantil

Talvez como expressão da presença majoritária dos setores de classe média na composição da esquerda goiana, o movimento estudantil se revelou como o mais expressivo e de maior visibilidade em todo o período que estamos considerando, contatando com outros movimentos e contribuindo para a formação de militantes e quadros. Desde os anos 50 o movimento estudantil demonstrava grande força política e capacidade de mobilização, adquirindo grande visibilidade nas lutas sociais em Goiás. Os principais focos da luta estudantil em Goiás eram os colégios estaduais Lyceu de Goiânia e Pedro Gomes e, mais tarde, as universidades Católica (UCG) e Federal (UFG). Na criação desta última o movimento estudantil teve uma participação decisiva, pois o arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos, era contrário à criação da universidade por receio de que ela se constituísse como um centro de “formação subversiva” que rivalizasse com a tradicional influência católica no sistema educacional. O arcebispo conseguiu, inclusive, autorização para criar a UCG antes, tentando assim esvaziar a demanda por uma universidade pública em Goiás. No entanto, após intensa campanha, com direito à passeata com o “caixão” do arcebispo pelas ruas de Goiânia, a criação da UFG foi aprovada.

Outro episódio que marca a força do movimento estudantil ocorreu no dia 5 de março de 1959, quando os estudantes fizeram uma manifestação contra as anuidades escolares e sofreram violenta repressão policial. Em seguida fizeram uma greve e passaram a exigir em frente ao palácio do governo a demissão do secretário de segurança pública. De acordo com alguns depoimentos a mobilização dirigida pelos estudantes forçou o então governador José Feliciano a atender suas reivindicações substituindo o secretário de segurança por um nome de confiança do movimento (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 143, 443-444). Como veremos a seguir, o movimento

estudantil terá grande importância na mobilização em torno do governo Mauro Borges e posteriormente na luta contra a Ditadura Militar.

O governo Mauro Borges e a luta institucional

O governo Mauro Borges (1961-1964) exerceu enorme poder de atração e galvanização da esquerda goiana, atraindo seu apoio e fazendo-a movimentar-se sob sua direção. Mesmo depois de o governador ter apoiado o golpe de 1964 e de ter iniciado a repressão política que se abateu sobre a esquerda goiana não faltou quem o apoiasse diante das manobras da oposição para sua deposição. Em nossa avaliação, a postura da esquerda goiana diante do governo Mauro Borges pode explicar tanto o protagonismo político que assumiu no período, quanto sua postura institucionalista e estatolatra.⁴

Desde o lançamento de sua candidatura ao governo do estado há uma aproximação entre o então deputado federal Mauro Borges e a esquerda graças à sua aliança com o PTB. Desta aproximação resulta o apoio do PCB à sua candidatura, mesmo que de maneira velada devido à reação dos setores conservadores (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 170-172), e de lideranças camponesas, por conta de seu compromisso em comprar as posses camponesas de Trombas e Formoso e repassá-las aos camponeses. Além disso, Mauro Borges traz para o governo diversos militantes e quadros de esquerda, inclusive do movimento estudantil. Alguns depoimentos reputam como de grande importância para a esquerda goiana a contratação de uma equipe de técnicos para contribuir na elaboração e aplicação do I Plano de Desenvolvimento Econômico, apelidado de Plano MB. Nesta equipe havia diversos quadros dirigentes da ORM-POLOP, como Evelyn Singer, Juarez Guimarães de Brito, entre outros, que fundarão a organização em Goiás, assim pluralizando e fortalecendo a esquerda goiana (idem, pp. 78; 204). Esta aproximação com a esquerda goiana é fundamental para suscitar a mobilização popular em torno do novo governo e viabilizar sua perspectiva de “pacificação do campo” com a institucionalização das lutas sociais por meio da sindicalização rural, no que contou com o apoio do PCB, e com a criação de colônias agrícolas inspiradas na experiência dos *kibutzim* israelenses, política tida pela esquerda como de reforma agrária.

É fato que as relações com a esquerda goiana nem sempre foram de identidade e parceria, por diversas vezes o caráter de classe do governo

⁴ A partir das indicações de Gramsci entendemos que a “estatolatria” expressa uma relação de identificação política dos grupos sociais com a burocracia de Estado, o “governo dos funcionários”, de modo que esta apareça como representante e guardiã de seus interesses políticos, criando-se uma situação de dependência e de subordinação que revela um nível de organização e mobilização ainda não suficientemente autônomo e baseado em aparelhos de hegemonia próprios (GRAMSCI, 2000, p. 279).

e sua perspectiva repressiva prevaleceu sobre seus compromissos políticos, como nos conflitos agrários em Porangatu, Jussara e Diorama, que já mencionamos e a greve dos estudantes na capital. Em 1962 houve grande mobilização dos estudantes contra o aumento dos ingressos nos cinemas e das passagens do transporte coletivo, o que desencadeou violenta repressão da polícia estadual (DIÁRIO DO OSTE, 13/9/1962 e 15/09/1962). Apesar das denúncias contra o governador, acusado de “sanguinário” pelos estudantes, prevaleceu o apoio a uma perspectiva considerada nacionalista, racional e progressista, que modernizaria Goiás, tirando-o do atraso econômico e do tradicionalismo, como ainda hoje afirmam diversos depoentes. Alguns episódios marcam o compromisso da esquerda goiana com esta perspectiva, como o comício onde foi criada a DISPETROLGO, que segundo depoimento reuniu entre 10 e 20 mil pessoas em 1962 em Goiânia (ALVES; CÔRTEZ, 2013, p.372) e o apoio à METAGO contra o Grupo Votorantin na questão da exploração das reservas de níquel em Niquelândia.

Conforme dados apresentados por Fávoro (2013, p. 140) o Plano MB tinha a clara perspectiva de fortalecimento e modernização da economia agrária goiana por meio de investimentos maciços em infra-estrutura (energia elétrica, transportes e comunicações), levantamento de recursos naturais e financiamento da agricultura e da pecuária, além de educação, saúde e turismo, revelando seus vínculos com os interesses dos grandes proprietários de terras. Apesar disto o Plano MB contou com apoio entusiástico da esquerda goiana justamente por conter uma perspectiva estatista e nacionalista muito incisiva. A criação de empresas estatais como IQUEGO (Indústria Química do Estado de Goiás), METAGO (Metais de Goiás S.A.), DISPETROLGO (Distribuidora de Petróleo do Estado de Goiás) além de institutos de assistência social como o IPASGO (Instituto de Assistência dos Servidos Públicos do Estado de Goiás) e de reforma agrária como o IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás) entusiasmaram a esquerda goiana, que viu nestas iniciativas um conteúdo francamente progressista. Diversos depoimentos confirmam esta avaliação positiva do governo Mauro Borges, tido como avançado, nacionalista e introdutor de uma perspectiva administrativa moderna e racional no estado.

O episódio fundamental da mobilização da esquerda goiana em torno do governador Mauro Borges ocorreu por ocasião de seu apoio à posse de João Goulart e sua participação decisiva na Cadeia da Legalidade ao lado de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, em setembro de 1961. A aliança com o governo João Goulart e o PTB, que durou até meados de 1963, contribuiu ainda mais para garantir e solidificar o apoio da esquerda goiana (RABELO, 2004, pp. 49-84).

Por isto, o apoio do governador ao golpe militar e sua participação direta na conspiração que depôs João Goulart surpreendeu muitos setores

da esquerda goiana, como demonstram os depoimentos, que esperavam do governador o mesmo comportamento tido em 1961, apesar de sua “guinada à direita” ter se iniciado já em meados do ano anterior, quando rompeu a aliança com o PTB e com o presidente (RABELO, 2004). Na verdade, Mauro Borges participou ativamente na conspiração que depôs João Goulart e que garantiu a ascensão ao governo do general Castello Branco, assumindo papel fundamental na logística do golpe, caso este tivesse que enfrentar a resistência do governo deposto e de seus aliados, em função da presença da capital federal em território goiano (SOUZA, 2004, pp. 85-130). A primeira onda de prisões de militantes de esquerda em Goiás ocorreu por obra da própria secretaria de segurança pública e da polícia do estado, conforme relatam diversos depoentes (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 352-59, 373, 453-454, 474- 475).

Mesmo assim, as pressões pela deposição do governador, exercida pela oposição de direita (UDN e PSD) e pelos setores latifundiários insatisfeitos (SOUZA, 2004, pp. 85-130), levou setores da esquerda goiana a participarem da tentativa de articulação da resistência armada pelo próprio governo, que contaria com o envio de armas pelos governos de São Paulo e Minas Gerais. Conforme artigo de Delacorte (2011), que participou da ação, esta articulação levou estudantes a promoverem em 13 de novembro de 1964 o assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis, obtendo armas e munição. No entanto, por falhas na segurança no dia seguinte o grupo todo foi preso. De acordo com ele e com outro militante, este episódio contribuiu para acelerar a deposição de Mauro Borges duas semanas depois (ALVES e CÔRTEZ, 2013, pp. 151, 404-405).

Sob a Ditadura Militar

Como já assinalado, logo após o golpe o governo Mauro Borges desencadeia intensa repressão sobre a esquerda goiana, mesmo sobre militantes que participavam do seu governo, no intuito de mostrar-se confiável ao governo militar e assim esvaziar as manobras dos que defendiam a sua deposição. Neste momento ocorre “a primeira queda do PCB”, com o “esfacelamento” do partido em Goiás, segundo um dos depoentes (ALVES; CÔRTEZ, 2013, p. 375). Como também ocorre em nível nacional, o PCB sofre um ataque repressivo significativo nos anos de 1964 e 1965 juntamente com o movimento sindical urbano e rural. No entanto, apesar da repressão e das dificuldades crescentes, o movimento estudantil consegue manter suas atividades e ganhar novos militantes. Como já assinalado, os principais focos da luta estudantil em Goiás eram os colégios estaduais Lyceu de Goiânia e Pedro Gomes e as universidades Federal (UFG) e Católica (UCG). A partir deles organizaram-se comícios relâmpago, passeatas, panfletagens

e greves contra a ditadura e o acordo Mec-Usaid, a penetração do capital estrangeiro na Amazônia, etc. Dignos de nota foram a greve dos estudantes no colégio Pedro Gomes, em 1967, o confronto com militantes da Tradição Família e Propriedade nas ruas da capital, passeatas e enfrentamentos com a polícia, como o ocorrido diante da Catedral de Goiânia, em 1967, onde dois estudantes foram baleados (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 130, 351, 352, 356-359). Como partícipe ativo destas iniciativas registra-se ainda o grupo Condor, articulação política que reunia militantes do PCB e da AP e que desenvolvia importante trabalho de mobilização e organização (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 130, 290-294, 351, 352, 356-359, 379).

Também são desencadeadas no período algumas iniciativas de luta armada. Além da Guerrilha do Araguaia os depoimentos mencionam o início dos preparativos para a criação de uma guerrilha nos arredores de Goiânia e a criação de um núcleo guerrilheiro pela ORM-POLOP na região de Rio Verde e Jataí, mas que não teve maiores desdobramentos (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 90, 227, 307).

No entanto, ao longo dos anos a repressão se intensifica e as quedas na esquerda também. Por meio de uma série de medidas o governo militar desencadeava forte ofensiva repressiva contra os meios estudantis e universitários, expulsando alunos, perseguindo e demitindo professores das instituições de ensino, conforme revelam numerosos relatos de militantes. Diversos deles tiveram seus estudos e/ou suas carreiras interrompidas, tendo que se dedicar a outras atividades para sobreviver ou mesmo abandonando o país, como relata Horieste Gomes (2009, pp. 170-174). No plano das organizações partidárias a repressão se abate inicialmente sobre os setores que defendiam a luta armada, como o PC do B em 1966, a ORM-POLOP em 1969 (ALVES; CÔRTEZ, 2013, p. 307) e a AP em 1971, porém, novamente sobre o PCB em 1972. Enquanto a queda do PCdoB em 1966 levou diversos militantes a posteriormente filiarem-se ao PCB (ALVES; CÔRTEZ, 2013, pp. 313, 349-350), a queda da AP contribuiu poderosamente para desarticular a organização no estado (SALLES, 2008, p. 154; SILVA, 2011, p. 42). Segundo diversos depoimentos a perseguição ao PCB atinge quase uma centena de pessoas no estado, principalmente em Anápolis e Goiânia, levando o partido à desestruturação. Segundo relato autobiográfico de Laurenice Noleto, militante estudantil à época, apenas em um dos processos foram arroladas sessenta e quatro pessoas como “envolvidas” nas “ações subversivas” do PCB (NOLETO, 2013, pp. 261-264).

Nesta altura o PCB atuava clandestinamente nos marcos da institucionalidade autoritária, participando do movimento sindical e mesmo da esfera de representação política, chegando a eleger um de seus militantes para o mandato de vereador em Goiânia pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido da oposição consentida (ALVES; CÔRTEZ, 2013,

pp. 232-233). Esta inserção na vida política e social e a postura crítica diante da luta armada talvez tenha causado no partido uma sensação de relativa imunidade no período em que a repressão dismantelava as organizações da esquerda armada, pois alguns depoentes, apesar da grande penetração do partido na sociedade, a pouca atenção dada às regras de segurança foi o fator principal para que fossem presos não só militantes de base, mas também a direção partidária. (idem, pp. 167-170, 278). A partir daí, conforme relato apresentado por Horieste Gomes, após as prisões de 1972 o PCB se desarticula em Goiás, voltando os que continuaram na luta a buscar se rearticular a partir de 1974/1975 (GOMES, 2009, pp. 170-179).

Notas finais

Com base nas breves notas aqui apresentadas consideramos ser possível concluir, ainda que de maneira aproximativa, que no período abordado a esquerda goiana demonstrou ao mesmo tempo significativo grau de integração com o movimento mais geral da esquerda brasileira, reproduzindo suas bandeiras, organizações políticas e métodos de ação, mas também expressou em sua composição e formas de atuação as condições sociais e a dinâmica da luta política em Goiás. Se de um lado é possível perceber uma postura de grande radicalização política, manifesta em diversos episódios e enfrentamentos com a ordem constituída, de outro é possível perceber o peso da luta institucional definindo sua concepção política e os limites de sua ação.

Esta contradição revela a um só tempo a força e a fraqueza da esquerda goiana. Isto porque em Goiás a perspectiva de uma modernização capitalista planejada e de viés nacionalista e estatista foi adotada como programa pela esquerda goiana, pois em sua avaliação significava um avanço em relação à situação dominante de atraso econômico, tradicionalismo e mandonismo político (CAMPOS, 2004; RABELO, 2004), apesar da postura repressiva e da adoção das velhas práticas políticas pelo governo Mauro Borges (FÁVARO, 2014). Isto fez com que a mobilização em torno do mesmo adquirisse um caráter radicalizado e de grande apelo popular, dando enorme visibilidade à um movimento social de formação relativamente recente e de capilaridade relativamente limitada em termos geográficos. Porém, a própria dimensão burguesa e estatolatra deste programa impediu o desenvolvimento de uma perspectiva política mais autônoma por parte da esquerda goiana, que lhe fez falta em determinados momentos como na adesão ao governo Mauro Borges, na conjuntura do golpe de 1964 e posteriormente nas formas de enfrentamento da Ditadura. Diante disto, a perspectiva de radicalização política assumiu mais a dimensão do enfrentamento militar com o Estado do que a perspectiva de organização independente e autônoma dos trabalhadores, levando a luta política para um terreno mina-

do pela disparidade de forças e recursos entre os contendores. O resultado mais significativo desta dinâmica foi a desagregação ou o aniquilamento de movimentos e organizações e o encerramento do processo de mobilização e organização iniciado ainda nos anos 50. A retomada das lutas sociais em Goiás ocorrerá já na segunda metade dos anos 70, mas sob novas condições e a partir de outros instrumentos.

Referências:

ALVES, Laurenice Noleto. **Flores no quintal**. Memórias de Sonhos e de Lutas. Goiânia: Kips, 2013.

ALVES, Célia Maria; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias Transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/NDH-UFG, 2013.

CAMPOS, Francisco Ita mi. A política tradicional em Goiás. 1930-1960. In: SOUZA, Dalva Maria Borges de (Org.). **Goiás: Sociedade e Estado**. Goiânia, Cànone Editorial, 2004, pp. 11-47.

DELACORTE, Marcantônio. **47 anos do assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis**. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/go/noticia.php?id_noticia=171026&cid_secao=70, 14 de Dezembro de 2011 - 13h39.

_____. Entrevista concedida ao autor no dia 14 de março de 2014 em Goiânia, Goiás.

DIÁRIO DO OESTE. **UGES proclama total apoio aos posseiros**. 18/8/1961.

_____. **Conflitos graves entre posseiros e fazendeiros**. 15 e 16/4/1962.

_____. **Estudantes concentrados em Jussara clamam justiça para o camponês: o Estado se diz dono das terras**. 15/5/1962.

_____. **Estudantes foram brigar e estão trabalhando na roça; Estudantes de Jussara à espera do ataque**. 17/5/1962.

_____. **SESP evacua tropas: paz está de volta a Jussara**. 30/5/1962.

_____. **Ninguém usava arma privativa das forças armadas em Diorama**. 02/06/1962.

_____. **Polícia metralhou estudantes e povo ontem a noite em Campinas!**. 13/09/1962.

_____. **UGES chama Mauro de sanguinário, imprensa de vendida e acaba greve!** 15/09/1962.

_____. **Assembleia Constituinte Popular em Goiânia!**. 6/12/1962.

FAVARO, Tereza C. P. **O governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista**. Trabalho de qualificação para Doutorado (História). PPGH-UFG, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GOMES, Horieste. **Cela 14: militância, prisão e liberdade**. Goiânia: Edição do Autor, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume três, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004.

MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra**. A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. Tese (História). Programa de Pós-graduação em História da FCHF/UFG, 2008.

MENDES, Julianna Fernandes. **Uma cidade para o capital: especulação imobiliária e déficit habitacional em Goiânia (1933-1964)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, UFG, 2013.

SALLES, Pinheiro (coordenador). **A Ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história**. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

SILVA, Camila de Jesus. **As mulheres que lutaram contra a ditadura militar em Goiás: o caso da Ação Popular**. Monografia. Faculdade de História da UFG, 2011.

SOUZA, Dalva Maria Borges de. O golpe em Goiás. In: SOUZA, Dalva Maria Borges de (Org.). **Goiás: Sociedade e Estado**, Goiânia, Cênone Editorial, 2004, pp. 85-130.

RABELO, Francisco Chagas E. Mobilização social e tradicionalismo político em Goiás (Governo Mauro Borges, 1961-1964). In: SOUZA, Dalva Maria Borges de (Org.). **Goiás: Sociedade e Estado**, Goiânia, Cênone Editorial, 2004, pp. 49-84.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Artigo recebido em 12-04-2014, revisado em 19-05-2014 e aceito para publicação em 11-06-2014.